



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 045/2026

## INTRODUÇÃO

### Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).*

*“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;*

*“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;*

*“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;*

*“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;*





*“III – levantamento de mercado, [...]”* (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

*“VI – estimativa do valor da contratação, [...]”* (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*“IV – descrição da solução como um todo, [...]”* (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;”* (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]”* (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]”* (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

*“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes”* (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

*“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]”* (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

*“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”* (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

**SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 1.1. Contexto da Situação Problema:

O Município de São Jorge D'Oeste/PR, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, identifica a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de containers destinados ao acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.





A demanda decorre da crescente geração de resíduos no perímetro urbano e rural, exigindo estrutura adequada para armazenamento temporário, coleta e destinação final, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A inexistência ou insuficiência desses equipamentos compromete:

- A organização da coleta pública;
- A salubridade dos espaços urbanos;
- A prevenção de impactos ambientais;
- O cumprimento das diretrizes da gestão de resíduos sólidos.

### 1.2 - Justificativa da Contratação:

A contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar containers para acondicionamento de resíduos sólidos, garantindo a adequada organização da coleta, a salubridade dos espaços públicos e a prevenção de impactos ambientais.

A insuficiência desses equipamentos pode ocasionar descarte irregular de resíduos, riscos à saúde pública e prejuízos ao meio ambiente.

Dessa forma, a contratação é essencial para assegurar a adequada prestação dos serviços de limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos no Município.

## SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, estando alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal.

## SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

### 3.1 Requisitos Técnicos:

- Containers fabricados em material resistente (metal ou polietileno de alta densidade);
- Estrutura compatível com uso contínuo e exposição climática;



- Capacidade volumétrica conforme especificações do Termo de Referência;
- Sistema de vedação e/ou tampa;
- Compatibilidade com caminhões de coleta.

### 3.2 Requisitos Operacionais:

- Entrega conforme demanda;
- Substituição em caso de dano;
- Manutenção corretiva (quando aplicável);

### 3.3 Requisitos Legais:

- Atendimento à Lei nº 14.133/2021;
- Conformidade com normas ambientais;
- Observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### 3.4 Sustentabilidade:

- Preferência por materiais recicláveis;
- Redução de impactos ambientais;
- Logística otimizada.

**SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA** (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

#### 4.1 - Identificação da necessidade do objeto:

4.1.1. A descrição com os respectivos quantitativos a serem contratados estão apresentados abaixo:





ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	<p>Contentor de 1.000 litros com pedal. Contentor plástico novo, destinado ao acondicionamento e à coleta de resíduos sólidos, com capacidade mínima de 1.000 litros, com dispositivo de dreno para escoamento de líquidos, produtos com qualidade e durabilidade e certificação à norma ABNT NBR 15911. Cor do contentor: Verde. Deverá ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), injetado, resistente à ação de raios ultravioletas (proteção anti-UV), 100% de material virgem, com corpo do recipiente construído de forma a suportar os volumes e a carga especificada, a superfície do contentor inclusive a característica do desenho deve ser lisa e isenta de qualquer de fissura, imperfeição, cantos vivos ou pontiagudos, oferecendo resistência, segurança e facilidade de limpeza. O corpo do contentor deve estar marcado de forma permanente, legível e em local visível com no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, mês e ano de fabricação, símbolo de identificação da matéria-prima, conforme a ABNT NBR 13230, volume nominal expresso em litros, carga total permitida expressa em quilogramas. A tampa deverá encaixar-se no corpo e abranger totalmente a boca do recipiente e possuir sistema antirruído. Deverá possuir pedal em aço galvanizado para abertura do produto. Deverá possuir 04 (quatro) rodas giratórias de 200 mm, em borracha maciça, com garfos de fixação em aço, duas com freios com capacidade para resistir a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamentos, estabilidade e rolagem), e deve atender aos ensaios da ABNT NBR 15911-4. O contentor deve dispor dos dispositivos que possibilitem a operação de elevação (basculante) de forma eficiente e segura. Munhão com par de eixos situados nas laterais do contêiner, o receptor frontal, deverá ter ranhuras na parte frontal do contêiner para encaixe dos pentes. O acabamento deverá ser na cor verde. Garantia mínima de 24 meses, a partir da data de fabricação inclusive na cor, com assistência técnica no período da garantia. O produto deverá ter peças de reposição para eventuais danos que vierem apresentar. A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaio da norma brasileira ABNT NBR 15911-4, com os custos arcados pela empresa vencedora. Dimensões: Capacidade mínima: 1.000 litros. Altura mínima: 1.290 mm. Profundidade mínima: 1.038 mm. Largura mínima: 1.370 mm; Peso do contentor vazio, no mínimo: 47,5 kg. O contentor deverá possuir adesivo, com arte a ser definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, assim como identificação individual por número. O adesivo deverá ter as medidas de 0,75 m x 0,60 m. O adesivo deve conter impressão digital de alta resolução e durabilidade mínima de 03 anos. Deve ser aplicado na parte frontal do contentor, centralizado. Marcas sugeridas: "CONTEMAR" ou "JSN", ou equivalente/de melhor qualidade.</p>	UND	40
2	<p>Contentor de 1.000 litros com pedal. Contentor plástico novo, destinado ao acondicionamento e à coleta de resíduos sólidos, com capacidade mínima de 1.000 litros, com dispositivo de dreno para escoamento de líquidos, produtos com qualidade e durabilidade e certificação à norma ABNT NBR 15911. Cor do contentor: Marrom. Deverá ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), injetado, resistente à ação de raios ultravioletas (proteção anti-UV), 100% de material virgem, com corpo do recipiente construído de forma a suportar os volumes e a carga especificada, a superfície do contentor inclusive a característica do desenho deve ser lisa e isenta de qualquer de fissura, imperfeição, cantos vivos ou pontiagudos, oferecendo resistência, segurança e facilidade de limpeza. O corpo do contentor deve estar marcado de forma permanente, legível e em local visível com no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, mês e ano de fabricação, símbolo de identificação da matéria-prima, conforme a ABNT NBR 13230, volume nominal expresso em litros, carga total permitida expressa em quilogramas. A tampa deverá encaixar-se no corpo e abranger totalmente a boca do recipiente e possuir sistema antirruído. Deverá possuir pedal em aço galvanizado para abertura do produto. Deverá possuir 04 (quatro) rodas giratórias de 200 mm, em borracha maciça, com garfos de fixação em aço, duas com freios com capacidade para resistir a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamentos, estabilidade e rolagem), e deve atender aos ensaios da ABNT NBR 15911-4. O contentor deve dispor dos dispositivos que possibilitem a operação de elevação (basculante) de forma eficiente e segura. Munhão com par de eixos situados nas laterais do contêiner, o receptor frontal, deverá ter ranhuras na parte frontal do contêiner para encaixe dos pentes. O acabamento deverá ser na cor marrom. Garantia mínima de 24 meses, a partir da data de fabricação inclusive na cor, com assistência técnica no período da garantia. O produto deverá ter peças de reposição para eventuais danos que vierem apresentar. A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaio da norma brasileira ABNT NBR 15911-4, com os custos arcados pela empresa vencedora. Dimensões: Capacidade mínima: 1.000 litros. Altura mínima: 1.290 mm. Profundidade mínima: 1.038 mm. Largura mínima: 1.370 mm. Peso do contentor vazio, no mínimo: 47,5 kg. O contentor deverá possuir adesivo, com arte a ser definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, assim como identificação individual por número. O adesivo deverá ter as medidas de 0,75 m x 0,60 m. O adesivo deve conter impressão digital de alta resolução e durabilidade mínima de 03 anos. Deve ser aplicado na parte frontal do contentor, centralizado. Marcas sugeridas: "CONTEMAR" ou "JSN", ou equivalente/de melhor qualidade.</p>	UND	40

#### 4.3 Justificativa de quantitativo:

4.3.1. As quantidades estimadas foram definidas com base no levantamento realizado pela Secretaria Municipal responsável, considerando a demanda atual de geração de resíduos sólidos e a distribuição dos pontos de coleta no Município.

Foram observados, ainda:

- O crescimento da demanda ao longo do tempo;
- A necessidade de atendimento em áreas urbanas e rurais;
- A garantia de adequada cobertura dos pontos de descarte;





- A melhoria da eficiência operacional da coleta pública.

**SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado, com o objetivo de identificar a solução mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público.

**5.1 Cenário 1** – Não realização da contratação.

Este cenário consiste na manutenção da situação atual, sem a aquisição ou disponibilização de novos containers para acondicionamento de resíduos sólidos.

**Análise:**

A não contratação inviabiliza a adequada gestão dos resíduos gerados no Município, comprometendo a organização da coleta pública e favorecendo o descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios e áreas ambientais sensíveis.

**Impactos:**

- Aumento de riscos à saúde pública;
- Proliferação de vetores (insetos e roedores);
- Contaminação do solo e recursos hídricos;
- Degradação ambiental e visual do Município;
- Possibilidade de responsabilização do ente público por omissão.

**Conclusão:**

Cenário inviável, por não atender ao interesse público nem às exigências legais.

**5.2 Cenário 2** – Aquisição com formação de estoque próprio.

Consiste na aquisição direta de containers em quantidade previamente definida, com incorporação ao patrimônio público.

**Análise:**

Embora permita o domínio direto dos bens pela Administração, este modelo apresenta limitações operacionais, especialmente diante da dificuldade de previsão exata da demanda ao longo do tempo.

**Desvantagens:**

- Necessidade de alto investimento inicial;
- Risco de aquisição em quantidade superior ou inferior à real necessidade;
- Custos adicionais com armazenamento, manutenção e substituição;
- Menor flexibilidade para ampliação ou redução da estrutura;



- Risco de ociosidade ou desgaste precoce dos equipamentos.

**Conclusão:**

Cenário **possível**, porém menos eficiente sob o ponto de vista econômico e operacional.

**5.3 Cenário 3** – Contratação por meio de Registro de Preços.

Consiste na realização de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, possibilitando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de containers, conforme a demanda do Município.

**Análise:**

Este modelo permite maior flexibilidade na gestão da contratação, possibilitando aquisições de forma gradual, de acordo com a necessidade real da Administração.

**Vantagens:**

- Adequação à demanda variável e imprevisível;
- Redução de desperdícios e custos desnecessários;
- Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Possibilidade de reposição e ampliação conforme necessidade;
- Melhoria contínua da gestão de resíduos sólidos;
- Menor risco de ociosidade dos equipamentos.

**Conclusão:**

Cenário **mais vantajoso e adequado**, pois atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, sendo a solução recomendada para a Administração Pública.

**SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme pesquisa de mercado, são os seguintes:





Município de  
**SÃO JORGE D'OESTE**  
Estado do Paraná  
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

**MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de containers destinados ao acondicionamento e armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos, visando atender às necessidades do Município de São Jorge D'Oeste/PR, conforme especificações técnicas, quantitativas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

NOME DA EMPRESA						CNPJ		Data / Cotação				
COT 1	ECOS&M COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI LTDA					32.991.854/0001-73		20/03/26				
COT 2	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA					06.220.022/0001-43		23/03/26				
COT 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS ( 3 COTAÇÕES)					76.995.380/0001-03		23/03/26				
VALOR R\$										Valor Global		
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	
1	<p>Conteiner de 1.000 litros com pedal. Conteiner plástico novo, destinado ao acondicionamento e à coleta de resíduos sólidos, com capacidade mínima de 1.000 litros, com dispositivo de drenagem para escoamento de líquidos, produtos com qualidade e durabilidade e certificação à norma ABNT NBR 15311.</p> <p>Cor do conteiner: Verde. Deverá ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), injetado, resistente à ação de raios ultravioleta (proteção anti-UV), 100% de material virgem, com corpo do recipiente controlado de forma a suportar os volumes e a carga especificada, a superfície do conteiner incluirá as características do desenho deve ser lisa e livre de qualquer defeito, imperfeição, costura visível ou pontilhados, oferecendo resistência, segurança e facilidade de limpeza. O corpo do conteiner deve estar marcado de forma permanente, legível e em local visível com no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, mês e ano de fabricação, símbolo de identificação do material-prima, conforme a ABNT NBR 15220, volume nominal expresso em litros, carga total permitida expressa em quilogramas. A tampa deverá oscilar no corpo e abrigar totalmente a boca do recipiente e possuir sistema sanitário. Deverá possuir 04 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm, em borracha macia, com garfo de fixação em aço, duas com freio com capacidade para reter a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamento, estabilidade e reatagem), e deve atender aos requisitos da ABNT NBR 15311-4. O conteiner deve dispor dos dispositivos que possibilitem a operação de elevação (basculante) de forma eficiente e segura. Manão com par de alças simétricas no lateral do conteiner, o receptor frontal, deverá ter rastreamento na parte frontal do conteiner para unificação dos pontos. O acabamento deverá ser na cor verde. Garantia mínima de 24 meses, a partir da data de fabricação incluída na cor, com assistência técnica no período da garantia. O produto deverá ter prazo de reposição para eventual danos que vierem apresentar. A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaio da norma brasileira ABNT NBR 15311-4, com os custos anexados pela empresa vencedora. Dimensões: Capacidade mínima: 1.000 litros. Altura mínima: 1.230 mm. Profundidade mínima: 1.030 mm. Largura mínima: 1.370 mm. Peso do conteiner vazio, no máximo: 47,5 kg. O conteiner deverá possuir adesivo, com uma a ser definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, assim como identificação individual por número. O adesivo deverá ter as medidas de 0,75 m x 0,60 m. O adesivo deve conter impressão digital de alta resolução e durabilidade mínima de 03 anos. Deve ser aplicado na parte frontal do conteiner, centralizado. Marcas registradas: "CONTENMAR" ou "JSE", ou equivalente de melhor qualidade.</p>	UND	40	1.800,00	3.900,00	2.066,64	2.345,00	2.424,68	1.800,00	3.900,00	2.507,26	72.000,00

2	Conteiner de 1.000 litros com pedal. Conteiner plástico novo, destinado ao acondicionamento e à coleta de resíduos sólidos, com capacidade mínima de 1.000 litros, com dispositivo de drenagem para escoamento de líquidos, produtos com qualidade e durabilidade e certificação à norma ABNT NBR 15311. Cor do conteiner: Marrom. Deverá ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), injetado, resistente à ação de raios ultravioleta (proteção anti-UV), 100% de material virgem, com corpo do recipiente controlado de forma a suportar os volumes e a carga especificada, a superfície do conteiner incluirá as características do desenho deve ser lisa e livre de qualquer defeito, imperfeição, costura visível ou pontilhados, oferecendo resistência, segurança e facilidade de limpeza. O corpo do conteiner deve estar marcado de forma permanente, legível e em local visível com no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, mês e ano de fabricação, símbolo de identificação do material-prima, conforme a ABNT NBR 15220, volume nominal expresso em litros, carga total permitida expressa em quilogramas. A tampa deverá oscilar no corpo e abrigar totalmente a boca do recipiente e possuir sistema sanitário. Deverá possuir 04 (quatro) rodízios giratórios de 200 mm, em borracha macia, com garfo de fixação em aço, duas com freio com capacidade para reter a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamento, estabilidade e reatagem), e deve atender aos requisitos da ABNT NBR 15311-4. O conteiner deve dispor dos dispositivos que possibilitem a operação de elevação (basculante) de forma eficiente e segura. Manão com par de alças simétricas no lateral do conteiner, o receptor frontal, deverá ter rastreamento na parte frontal do conteiner para unificação dos pontos. O acabamento deverá ser na cor marrom. Garantia mínima de 24 meses, a partir da data de fabricação incluída na cor, com assistência técnica no período da garantia. O produto deverá ter prazo de reposição para eventual danos que vierem apresentar. A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaio da norma brasileira ABNT NBR 15311-4, com os custos anexados pela empresa vencedora. Dimensões: Capacidade mínima: 1.000 litros. Altura mínima: 1.230 mm. Profundidade mínima: 1.030 mm. Largura mínima: 1.370 mm. Peso do conteiner vazio, no máximo: 47,5 kg. O conteiner deverá possuir adesivo, com uma a ser definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, assim como identificação individual por número. O adesivo deverá ter as medidas de 0,75 m x 0,60 m. O adesivo deve conter impressão digital de alta resolução e durabilidade mínima de 03 anos. Deve ser aplicado na parte frontal do conteiner, centralizado. Marcas registradas: "CONTENMAR" ou "JSE", ou equivalente de melhor qualidade.	UND	40	1.800,00	3.900,00	2.066,64	2.345,00	2.424,38	1.800,00	3.900,00	2.507,20	72.000,00
---	---	-----	----	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

TOTAL:											144.000,00
FONTE DE PREÇOS UTILIZADAS NESTA COTAÇÃO: 1 - Comprar MG www.comprar.mg.gov.br 2 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br; 3 - 2 (duas) Empresas do Estado de Santa Catarina.											

Responsável pela cotação	LIOMAR SIEGA	APROVAÇÃO:
OBS.: FORAM ENTREGADAS PESQUISA DE PREÇOS PARA VÁRIAS EMPRESAS DO RAMO, PORÉM APENAS 2(duas) RESPONDERAM, CONFORME CÓPIAS DE EMAIL'S EM ANEXO, DESTA FORMA FIZ MAIS 3(TRES) COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PARA COMPOSIÇÃO DA CESTA DE PREÇOS, E FOI ADOPTADO O CRITÉRIO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.		
São Jorge D'Oeste, 24 de março de 2026.		
		ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

6.2. O preço total máximo estimado da contratação é R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).





6.3 A estimativa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme o Decreto Municipal nº 3.927/2023, mediante consulta a fornecedores do ramo, observando-se o critério da média dos valores obtidos, conforme demonstrado no mapa de apuração.

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**7.1 Identificação de soluções:**

7.1.1. A solução consiste em: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de containers para resíduos sólidos, com entrega parcelada conforme necessidade da Administração.

7.1.2 Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1, REGISTRO DE PREÇOS, para a contratação de empresa para o fornecimento dos produtos conforme necessidade.

7.1.2.2 Solução 2: Aquisição de produtos nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico.

**7.2 Definição da solução escolhida**

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.1. Conforme já descrito no cenário 3: Contratação sob Registro de Preços, indicada pela solução 1, para aquisição de containers para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

7.2.1.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável e imprevisível da demanda, não sendo possível definir previamente a quantidade exata a ser adquirida ao longo do exercício.

**7.3 Característica do objeto:**

7.3.1 Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**7.4 Definição da natureza de execução do objeto:**

7.4.1 A execução do objeto caracteriza-se como **fornecimento contínuo de bens**, considerando a necessidade permanente da Administração Pública quanto à disponibilização de containers para acondicionamento de resíduos sólidos, indispensáveis à manutenção dos serviços de limpeza urbana e gestão ambiental.

Nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços e fornecimentos contínuos aqueles destinados à manutenção da atividade administrativa, decorrentes de





necessidades permanentes ou prolongadas. Embora o objeto se refira ao fornecimento de bens, sua utilização está diretamente vinculada a uma demanda contínua e essencial do Município, justificando seu enquadramento como de natureza continuada.

#### 7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução admitida para o Cenário 3, assim, pretende-se Registro de preços objetivando a futura e eventual aquisição de containers para resíduos sólidos, com entrega parcelada conforme necessidade da Administração do Município de São Jorge D'Oeste/PR, conforme especificações, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo.

#### 7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 O Registro de Preços permite aquisições conforme a efetiva necessidade, evitando formação excessiva de estoques, garantindo padronização, economicidade e eficiência.

#### 7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. A execução do objeto a ser contratado se dará de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

#### 7.9 Vigência do contrato:

7.9.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.9.2. Considerando o objeto contratado, a vigência do contrato poderá ser prorrogável, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.9.3. A definição da vigência contratual em 12 (doze) meses justifica-se pela natureza contínua da necessidade de disponibilização de containers para acondicionamento de resíduos sólidos, essenciais à manutenção dos serviços públicos de limpeza urbana.

### SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender a demanda apresentada, foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Item, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.



**SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Os resultados a seguir descritos refletem os objetivos que a Administração pretende alcançar com a implementação da solução proposta:

- Melhoria da gestão de resíduos sólidos;
- Redução de impactos ambientais;
- Organização dos pontos de coleta;
- Prevenção de descarte irregular;
- Atendimento à legislação ambiental;
- Aumento da eficiência da coleta urbana.

**SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

**SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas a este objeto.

**SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS** (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

12.1 Considerando a natureza do objeto (fornecimento de containers para resíduos sólidos), os impactos ambientais potenciais estão relacionados principalmente à logística de transporte dos equipamentos, ao uso contínuo dos containers e à adequada gestão dos resíduos neles acondicionados.

Abaixo apresentam-se os possíveis impactos e respectivas medidas mitigadoras:





IMPACTO	DESCRIÇÃO	MEDIDA MITIGADORA
Descarte irregular	Falta de acondicionamento adequado	Uso de containers apropriados
Contaminação do solo	Vazamentos de resíduos	Containers vedados
Proliferação de vetores	Resíduos expostos	Tampa e coleta regular
Poluição visual	Acúmulo de lixo	Organização dos pontos
Emissões logísticas	Transporte	Planejamento de rotas

12.1.1 A presente contratação, destinada ao fornecimento de containers para acondicionamento de resíduos sólidos, apresenta impactos ambientais potenciais classificados como de **baixo a moderado**, estando principalmente relacionados à logística de transporte, ao uso contínuo dos equipamentos e à gestão dos resíduos acondicionados.

Dentre os principais impactos, destaca-se o risco de **descarte inadequado de resíduos**, que pode ocasionar contaminação do solo e da água, além da **proliferação de vetores** e degradação do ambiente urbano. Também podem ocorrer impactos associados à **emissão de poluentes atmosféricos**, decorrentes do transporte dos containers, bem como ao desgaste natural dos materiais ao longo do tempo.

Entretanto, a própria contratação atua como medida mitigadora relevante, uma vez que os containers proporcionam o **acondicionamento adequado dos resíduos**, evitando sua dispersão no meio ambiente e contribuindo para a organização da coleta pública.

Como medidas mitigadoras, destacam-se:

- Utilização de containers resistentes e adequadamente vedados, evitando vazamentos e exposição dos resíduos;
- Planejamento logístico das entregas e coletas, reduzindo emissões desnecessárias;
- Realização de manutenção e substituição de equipamentos danificados;
- Incentivo à destinação ambientalmente adequada dos resíduos, conforme a política municipal;
- Organização dos pontos de coleta, evitando acúmulo e descarte irregular.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais são **controláveis e mitigáveis**, sendo a contratação não apenas viável sob o ponto de vista ambiental, mas também essencial para a melhoria da gestão de resíduos sólidos no Município.

**SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: **Registro de preços objetivando a futura e eventual aquisição de containers**





para resíduos sólidos, com entrega parcelada conforme necessidade da Administração do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

São Jorge D'Oeste – PR, 25 de março de 2026.

Jonica Maria Caetano

Responsável pela elaboração do ETP – Portaria nº 3.004/2025

Gerson Sidnei Koch

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente